

## PROCESSO

## CAPP Assessoria compra do Grupo Barros/Kopke

A Carlos Aguiar, Pedro Pinto assessorou a compra do Grupo Barros/Kopke pelo Grupo Sogevinus e pelo grupo espanhol Caixa Nova. A montagem da operação custou 52 milhões de euros, tendo sido apoiada pela Caixa Banco Investimento da CGD. O Grupo Sogevinus passa para o quarto lugar no "ranking" do Vinho do Porto, com 11% da quota de mercado.

## CONTRATAÇÕES

## ANBM com três reforços para contencioso e laboral

A Azevedo Neves, Benjamim Mendes & Associados acaba de contratar três novos advogados: para o departamento de contencioso, Ana Cordeiro (que troca a ACA pela ANBM) e João Costa Quinta, ex-director de serviços de contencioso na Repso. Entra também Nuno Aureliano, assistente da Faculdade de Direito de Lisboa, para o departamento de direito laboral.

## RECTIFICAÇÃO

## Sócio de Santana Lopes é Manuel Marinheiro

O DE publicou na semana passada uma entrevista com Santana Lopes, na qual eram referidos os nomes dos sócios cujo escritório integrou recentemente. Por engano, um dos nomes saiu incorrecto. Os advogados em questão são João Nogueira da Rocha, António Gonçalves e Manuel Marinheiro.

GUIA ACOMPANHA LANÇAMENTO do Portugal UK Business Forum

# PACSA no Fórum para promoção de Portugal

Márcia Galvão  
mgalvao@economicasgpps.com

"Promover Portugal na área das empresas, mercado financeiro, mercado de capitais, no fundo a área de 'corporate'". Com este objectivo é apresentado hoje em Londres o Portugal UK Business Fórum, adiantou ao DE a sócia do escritório português em Londres PACSA & Cameira, Maria Antónia Cameira, responsável também pelo livro "Portuguese Business Law" que será lançado no mesmo evento. "A ideia do Portugal UK Business Fórum insere-se na remodelação da Câmara do Comércio tradicional, virada unicamente para o turismo e comércio", explicou a advogada, salientando que pensam "vir a inserir este fórum numa parte específica da Câmara e trazê-la para o século XXI, porque os têxteis e o Algarve são importantes, mas Portugal é muito mais do que isso".

## Um escritório português em Londres

A PACSA & Cameira é a sociedade inglesa da Henriques da Silva, Pais de Almeida, Corrêa Sampaio & Associados que o escritório português criou há cerca de três anos em Londres. Liderado pela sócia Maria Antónia Cameira, o escritório londrino está ligado à KSB Law, uma sociedade inglesa de média dimensão, com cerca de 100 advogados. Partilham as instalações, mas mantendo a independência enquanto escritório português vocacionado para a assessoria, em direito português, de investidores estrangeiros que estejam interessados no território nacional. Em Londres, a PACSA conta com os serviços de sete advogados portugueses, que trabalham sobretudo na área de 'corporate finance'. M.G.

*"Os têxteis e o Algarve são importantes, mas Portugal é muito mais do que isso", garante Maria Antónia Cameira, autora do livro.*

Este fórum constitui uma associação empresarial, que reúne empresários com presença nos dois países, e conta com o trabalho da Simmons & Simmons Rebelo de Sousa, a PACSA, a Xerox, o professor António Borges e Manuel Costa, em representação da PME Investimentos (uma sociedade de investimento criado pelo Estado para incentivar investimentos bilaterais).

O guia legal lançado pela PACSA & Cameira será hoje lançado no mercado e destina-se, segundo a sócia londrina, "aos advogados das grandes companhias e grandes investidores, pessoas das multinacionais e bancos que têm poder para decidir os advogados que podem contratar noutras jurisdições". Assim, o "Portuguese Business Law" funciona também como uma ferramenta de "angariação de clientela, a nível altamente sofisticado e internacional, mas é também um livro de estudo para a própria sociedade e os seus advogados, porque permite uniformizar o conselho jurídico e a forma como se tratam determinados assuntos", explica.

Destinado a ajudar os investidores estrangeiros nas operações em Portugal, o livro consumiu seis meses de trabalho de cerca de doze pessoas, e procurará ser uma ferramenta para ultrapassar as barreiras jurídicas existentes. "O principal entrave ao investimento é a super-regulação e a burocratização", diz Maria Antónia Cameira, realçando



que Portugal continua ainda assim a ser atractivo e "as OPA têm ajudado a passar uma imagem mais moderna e a mostrar que também acontecem coisas em Portugal", conclui. O livro e o Portugal UK Business Fórum são hoje lança-

dos em Londres, no restaurante "Tugga" e serão apresentados por António Borges, o embaixador português Fernando Andresen Guimarães, o bastonário da Ordem dos Advogados, Rogério Alves, e por um delegado do ICEP. ■

## Resumo do livro

Integralmente escrito em inglês, o Portuguese Business Law percorre, ao longo de quinze capítulos, os principais temas do direito comercial e financeiro português, de forma directa e precisa. Com uma linguagem técnica, o livro pretende ajudar os advogados e investidores internacionais a perceberem como funciona o mercado português e que mecanismos devem ser seguidos para investir em Portugal. Destacam-se capítulos relativos a company law, corporate governance, banking law, capital markets e competition. O livro é ainda prefaciado por António Borges e Rogério Alves, que traçam um cenário positivo do regime jurídico português, salientando a importância deste guia legal para o investimento internacional. M.G.

FISCALIZAÇÃO Centro Educativo

# Pinto de Abreu aceita nomeação do Ministério

Márcia Galvão  
mgalvao@economicasgpps.com

O advogado Carlos Pinto de Abreu confirmou ao DE que já aceitou o cargo de representante do Governo na Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos (CFCE), garantindo que a acumulação com o cargo de presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados (CDHOA) "não é de todo incompatível". No sábado, o "Expresso" dava conta de uma suposta divisão no seio da Ordem em relação a esta nomeação, falando por exemplo nos nomes de Garcia Pereira e Pedro Biscaia, que sentiam que a independência da instituição poderia estar ameaçada. "Mal estaríamos os advogados se isto pudesse em causa a sua independência", respondeu Carlos Pinto de Abreu ao DE. O bastonário da OA, Rogério Alves, também já se pronunciou sobre o assunto, afirmando que tem "a certeza absoluta de que Carlos Pinto de Abreu nunca iria aceitar qualquer intromissão da entidade nomeadora no seu trabalho". O próprio advogado escreveu um comunicado onde afirma não estar "enfocado a quaisquer interesses e nunca apoiou ou fez parte de qualquer partido político, ao contrário de outros que questionam agora a independência dos advogados ou afirmam a pretensa incompatibilidade entre as funções desempenhadas na CDHOA e as funções a desempenhar na CFCE". Acrescenta mais: "Tenho, e terei, toda a liberdade, como cidadão e como advogado, para vir a assumir as funções ou mesmo os compromissos [ainda que com o Estado ou com o Ministério da Justiça] que entender dever assumir em prol dos mais desfavorecidos".

Carlos Pinto de Abreu foi o autor do estudo sobre os centros educativos em 2005, no âmbito da CDHOA, que incluiu visitas surpresa e cujo relatório final apontou falhas



no acompanhamento dos menores que saem dos centros. O advogado foi nomeado como representante do Ministério da Justiça pelo ex-titular da pasta José Pedro Aguiar-Branco, através de despacho governamental publicado em "Diário República" de 31 de Janeiro de 2005. Ano e meio depois, a comissão reuniu pela primeira vez e iniciou o exercício das suas funções na sexta-feira. ■

## A Comissão

Foi criada em 2001 para acompanhar o funcionamento dos centros onde se encontram crianças menores sem idade para ir para as prisões.

Tem autonomia conferida por lei, embora seja tutelada pelo Ministério da Justiça.

É composta por dois representantes da Assembleia da República, um do Ministério da Justiça, um do Conselho Superior da Magistratura, um do Ministério Público e dois de ONG de apoio a crianças.